



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



CENTRO DE TREINAMENTO DO BANCO DO BRASIL, BRASÍLIA, DF,

1º DE JULHO DE 1998

Senhor Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos; Senhor Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer; Senhores Ministros de Estado; Senhoras Ministras de Estado; Senhores Líderes; Senhores Parlamentares; Senhores Sindicalistas; Senhoras e Senhores,

O Ministro Malan apresentou, na sua exposição, um Brasil novo. Um Brasil que mudou – mudou muito e continua avançando –, em que as pessoas vivem um pouco melhor e voltaram a ter confiança no futuro. E tudo isso começou com o Real, com a estabilidade da moeda. Porque o Brasil conseguiu tirar da pobreza, com o advento do Real – pelas informações disponíveis; e, quem sabe, até mais do que isto – 13 milhões de brasileiros. Não é um fato que se possa pôr à margem.

Fala-se tanto nos excluídos, mas ninguém propôs uma política social que incluísse mais brasileiros do que o fez a política de estabilização chamada Plano Real: 13 milhões de brasileiros – comprovado o dado nas primeiras pesquisas feitas sobre os efeitos do programa de estabilização. É raro que um programa de estabilização, em vez de provocar

recessão e exclusão, provoque crescimento e inclusão. Isso foi o Plano Real. Não conheço muitos, se é que há algum, que tenha feito isso.

E nós mudamos muita coisa, porque não só se retirou da pobreza uma massa de brasileiros, como houve uma grande transformação nas políticas públicas. Hoje, a prioridade são os pobres, e não como antes, quando eram os ricos. Fácil falar, difícil fazer. Mas é fácil exemplificar.

Na educação, a meta fundamental é também a escola fundamental. A prioridade é a escola fundamental, a universalização do acesso à escola. Podem-se criticar, aqui e ali, deficiências na área da educação, mas não se pode negar que jamais como neste governo, com a estabilidade, se fez um esforço tão grande para cumprir aquilo que era o sonho de todos os educadores e de todo cidadão com consciência democrática neste país, que era universalizar o acesso à escola primária. Essa é a nossa meta fundamental. E está avançando.

Na saúde da mesma forma. O atendimento preventivo à população carente: os dados são abundantes nessa matéria. Também não quero falar sobre números; os senhores receberão os dados sobre isso. Mas alguns programas têm sido enfatizados pelo Ministro da Saúde: vêm já de outros tempos, de outros ministros, mas têm continuidade, têm ímpeto novo. Basicamente, o programa de acesso da população mais pobre aos bens da saúde, através dos agentes comunitários de saúde e dos médicos de família, reduz, e reduziu, sensivelmente as taxas de mortalidade infantil e está reduzindo sensivelmente a necessidade do atendimento hospitalar, porque os agentes de saúde atendem, nas famílias, aqueles que são necessitados.

Não preciso mencionar a questão de saneamento, porque o Ministro Malan já deu os dados aqui. E, diga-se de passagem, ele se referiu a domicílios. Se se multiplicar por cinco o número de pessoas de cada domicílio, ver-se-á que, quando se atende 5 milhões de domicílios, são 25 milhões de pessoas que têm acesso ao saneamento ou à água potável. E assim por diante.

Na habitação tampouco é necessário eu repetir o que nesses últimos dias tem sido dito abundantemente. Nós não apenas reconstruímos o financiamento para habitação popular, através da Caixa Econômica e

dos sistemas habitacionais dos estados, como multiplicamos enormemente o acesso. Estamos baixando as taxas de juros, ampliando os prazos de financiamento e regularizando a situação daqueles que estavam com as prestações atrasadas.

Em vez de se construirem, na área da habitação, grandes conjuntos, que as grandes empresas faziam e ficavam desabitados, está-se dando diretamente o financiamento ao pobre, à classe média, àquele que precisa.

O mesmo posso dizer sobre a agricultura, onde o nosso esforço tem sido o de direcionar as nossas políticas públicas para os estratos de renda mais baixa. Ora, os resultados de tudo isso começam a aparecer. De 86 a 93 – portanto, antes do Real –, a renda dos brasileiros caiu, mas caiu mais a dos mais pobres e menos a dos mais ricos. De 93 a 96 – os dados aí estão –, ao contrário, a renda dos brasileiros aumentou. Mas, proporcionalmente, aumentou mais a dos mais pobres do que a dos mais ricos.

Essa mudança é essencial para dar sustentação à afirmação que nós todos fizemos, de que estamos com políticas sociais orientadas para os estratos mais pobres da população. Nós estamos dizendo isso. Mas não somos só nós a dizer isso. Quero antecipar que há indicadores, e são internacionais. Os dados preliminares do relatório da ONU sobre o desenvolvimento humano, que recebi na semana passada, confirmam de forma cabal uma melhoria expressiva na qualidade de vida da população. Esses dados serão publicados mais adiante. Mas, pela primeira vez, eles incluem os resultados ocorridos no ano de 95, pós-Real. E não só as condições sociais melhoraram como – e isso é significativo, realmente um fato importante – nós mudamos de categoria.

O Brasil estava sempre categorizado entre os países de desenvolvimento humano baixo. Estávamos no grupo de renda dos países de índice médio; estávamos mal colocados. Pois bem, agora nós passamos ao grupo de alto desenvolvimento, ou seja, ao mesmo grupo dos países industrializados mais desenvolvidos. Por certo que estamos aí, não à frente, mas colocados ainda numa posição que não dá tranquilidade. Nós queremos mais. Mas é um fato importante, porque todos os anos, quando se publicavam os indicadores de desenvolvimento humano da ONU, havia um festival de interpretações sobre como o Brasil ia mal.

Espero que, quando se publiquem esses dados, não se faça um festival de como vai bem, mas que se reconheça que nós estamos trabalhando, estamos melhorando, que a população está vivendo um pouco melhor, embora mereça viver muito melhor. É um dado importante, porque é um dado internacional.

Então, como é possível dizer que nós não cuidamos do social? Que governo fez mais pela escola fundamental? Quem investiu mais na saúde? Quantas vezes eu ouço afirmações de que a CPMF não foi usada na saúde? A CPMF são 7 bilhões e meio de reais. O orçamento da saúde gira ao redor de 20 bilhões. Logo, são querelas orçamentárias. Não são querelas de fato quanto a se está ou não disponibilizando mais recursos para a saúde. Quando assumi o governo, eram 64 dólares *per capita*. Hoje, deveremos ter acima de 110 dólares *per capita*. Estamos dobrando o investimento na saúde, mudando a orientação e fazendo com que a saúde fiscalize, com que se fechem hospitais. E, agora, o Congresso aprovou uma lei importante para que se possa punir com cadeia aqueles que falsificam remédios. Não é só uma mudança de números: é uma mudança de atitude.

E quem combateu com mais rigor a fraude na Previdência Social? Que governo gastou 12 bilhões de reais em programas de renda mínima? Os brasileiros não sabem que o Brasil tem programa de renda mínima. Mas tem. Nós temos um programa chamado LOAS, iniciado neste governo, que atende os idosos e os que são portadores de deficiência física e cujas famílias não têm condições de sustentá-los. Não existia esse programa. Ele está custando cerca de 1 bilhão de reais. Nós temos um programa que diz respeito – e esse é antigo – à Previdência Rural, para aqueles que não contribuíram para a Previdência, mas que recebem, com justa razão, um apoio da Previdência Social. No conjunto, desse e de outros programas, são 12 bilhões de reais.

Que governo tirou crianças dos trabalhos penosos? Este governo dá bolsa-escola e tira dos trabalhos penosos na cana-de-açúcar, no sisal, na carvoaria, no sal, dezenas de milhares de crianças. E é difícil tirar do trabalho penoso, porque eles têm que ir para a escola e não há escola. É preciso haver um esforço coletivo conjunto do Ministério da

Educação, do Ministério da Previdência, da prefeitura, do governo estadual e do Governo Federal para que nós possamos dar mais dignidade às nossas crianças.

Que outro governo fez mais do que o nosso pela reforma agrária? Trezentas mil famílias assentadas. Some-se tudo, repito, some-se tudo que foi feito no Brasil e não se chega a esse número. Faremos, em quatro anos, mais do que fizeram em toda a história do nosso país.

É ou não é demagogia dizer que este governo não olha para o social? É ou não é palavra vã, que se perde, por certo, diante dos dados? E o que nós estamos aqui mencionando são fatos, fatos. E, contra fatos, não há retórica.

Quem não vê isso? Os que mais criticam fazem-no ou sem saber ou porque não têm nada para propor. E, não havendo nada a propor, critica-se o que está sendo feito. Mas o povo já está muito cansado de frases de efeito e, sobretudo, dessa retórica dos anos 50. Nós temos saudades dos índices de inflação dos anos 50 – retomamos. Da retórica, não. Não a queremos. Queremos olhar para o futuro, para o próximo milênio.

Creio que nós temos, hoje, condições de investir, e investir mais. E podemos, hoje, avançar, e avançar mais rápido, como disse o Ministro Pedro Malan. E o que está pela frente como desafio é a construção, não de uma nova economia, mas de uma nova sociedade, de um novo pacto na sociedade. Tenho me referido a esse tema com certa insistência. Devemos ter presente que hoje, mantidas as condições de estabilização da moeda, havendo condições, como há, para o crescimento sustentado, havendo políticas sociais orientadas para os mais necessitados, precisamos ter mais coesão social. Mais coesão social implica uma espécie de novo pacto social.

Houve outras experiências, em outros países, de pactos políticos para passar-se dos regimes autoritários aos regimes democráticos. Nós, aqui, passamos do regime autoritário para o regime democrático em uma espécie de pacto difuso, sem que houvesse necessidade da formalização de um pacto político. Para passarmos à nova sociedade, precisamos de algo mais, precisamos de um comprometimento mais efetivo da sociedade, do governo e da cidadania, de cada cidadão, para que tenha-

mos novas formas de solidariedade, novas formas de sociabilidade, novos mecanismos de coesão social.

E, aí, não há como deixar à margem os programas que mencionamos: educação, saúde. E não posso deixar de falar de emprego. Seria uma omissão imperdoável falar do Real, falar da estabilidade, falar das políticas sociais e não mencionar a questão do emprego. Muitos países estão enfrentando, como todos sabemos, a questão do emprego. Alguns têm tido êxito, outros, não. Os que tiveram êxito – veja-se a Inglaterra, vejam-se os Estados Unidos – foram países que conseguiram não apenas a estabilização da moeda, que ou já a tinham ou a mantiveram, senão que conseguiram também um crescimento sustentado e que puderam em ordem as contas públicas.

Ora, o nosso povo, como disse o Ministro Malan e como nós todos sabemos – e temos repetido – foi capaz de entender um mecanismo complexo para acabar com a inflação. Um povo que entendeu a URV – basta dizer a sigla URV, ela própria abstrata –, um povo que entendeu a URV e que venceu a inflação, por que não vai vencer os problemas que nós temos pela frente na questão do desemprego? Vai vencer, com a condição de que nós mantenhamos a estabilidade, o crescimento sustentado, as políticas públicas e orientemos a nossa ação na direção de um crescimento da oferta de emprego.

O Governo está preparando programas. Já há programas em marcha. Fará novos programas. E nós temos alguns pontos importantes. O primeiro, já mencionei, é o crescimento, cinco anos consecutivos de crescimento; a queda da taxa de juros, uma queda que se fará com critérios técnicos, mas olhando a política internacional, vendo os perigos e as vantagens, vendo a nossa situação. Mas o rumo está definido: uma queda gradativa da taxa de juros, para que possamos, realmente, ter um ímpeto maior no nosso desenvolvimento, a continuidade dos programas de infra-estrutura.

O programa Brasil em Ação permitiu realmente que o Brasil, eu poderia dizer, despertasse para a necessidade da sua infra-estrutura de transporte, de energia, de portos e assim por diante. Não quero fazer, aqui, um balanço – já o fiz tantas vezes –, mas o fato é que esses 42

projetos prioritários, e não são os únicos – há outros projetos que não estão no Brasil em Ação e que são muito importantes –, esses 42 projetos prioritários que incluem, se posso chamar assim, também a infra-estrutura social, e aí está incluída a educação, estão incluídos problemas de saúde, estamos incluindo programas de saneamento; esses pontos fundamentais, estratégicos, estão em marcha, estão-se realizando. Ainda anteontem, inaugurei o porto de Sepetiba. Na semana anterior, foram a usina da Serra da Mesa, a usina Corumbá, de geração de energia elétrica, em Goiás. Antes, foram Tucuruí, o linhão do Tramo Oeste de Tucuruí, lá no Pará. Das seis usinas, unidades geradoras de energia de Xingó, cinco foram feitas neste governo. Estamos, agora, interligando a energia do Norte com a do Sul. Estamos estendendo a energia de Xingó para toda a região do Nordeste. Lá, em Tucuruí, cuja energia era gerada para servir às produtoras de alumínio do Maranhão, passamos a utilizar essa mesma energia para a região da Transamazônica, na região de Altamira, e vamos chegar até Europólis, no outro lado, para a região de Cametá, também, na direção de Belém. Só em Goiás temos 31 projetos em marcha, de pequenas e médias usinas de energia elétrica.

Os portos brasileiros, os grandes portos, o porto de Pecém, no Ceará; o porto de Suape, em Pernambuco; o porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro, as docas do Rio de Janeiro, a modernização das docas de Santos, o porto do Rio Grande, todos foram mexidos pelo Governo Federal em 3 anos e meio. Todos estão passando a obedecer à nova lei de portos.

Nós retomamos estradas que estavam paradas há anos. Só para mencionar a mais importante, que estamos duplicando – já começou no governo anterior –, a Fernão Dias, que vai de Belo Horizonte a São Paulo. A Dutra nós passamos ao regime de concessão de obras públicas. A BR 116, de São Paulo ao Paraná. A 101, que passa por Santa Catarina, vai ao Rio Grande, vai até Osório. A 290 que vai de Porto Alegre até Uruguaiana, para conectarmos o Brasil com o Mercosul. Mas não esquecemos do Norte. A 364, a 174, que vai para a Venezuela. Enfim, realmente, nós despertamos essa infra-estrutura do Brasil.

É claro que isso vai permitir – o que é fundamental, no item crescimento – aumentar as exportações. E, nesse sentido, das exportações,

nós estamos reduzindo os custos. Estamos exportando mais, temos metas de exportações, imaginamos que no próximo ano possamos crescer mais de 10%. A meta é de 13%, dois dígitos nas exportações, e isso é fundamental, porque cada bilhão de dólares adicional em exportação rende 65 mil empregos. Então, vamos continuar crescendo. Se quiserem um indicador mais direto de investimento, se for com relação ao investimento direto estrangeiro: no ano passado foram 16 bilhões de dólares. Neste, serão 20 bilhões. Se formos ver os projetos já em marcha daqui até o ano 2003: mais de 400 bilhões de reais estão programados para serem investidos. Os dados não são meus, não são do Governo, são da *Gazeta Mercantil*. Portanto, nós vamos crescer, crescer com estabilidade e, no fim deste ano, já estaremos rodando, de novo, a economia numa taxa de 3% a 4% ao ano, para que possamos chegar ao ano que vem com uma taxa maior ainda, mais sustentada, desde que tenhamos condições macroeconômicas, não só no Brasil, mas no mundo, que permitam que nossos programas sigam, como vinham seguindo – até que houve a interrupção, com a crise asiática.

Já mencionei, portanto, o crescimento da exportação como outro fator que é agregador de emprego. É preciso, agora, um terceiro fator, que é apoiar a pequena e média empresa com mais energia. Nós fizemos um programa chamado Pronaf, que não existia e que é um financiamento para o pequeno agricultor familiar. No primeiro ano de sua existência no meu governo, atendeu 30 e poucas mil famílias; no ano passado, 500 mil. Este ano serão mais, porque nós pusemos à disposição do Pronaf quase 2 bilhões de reais e baixamos a taxa para este tipo de empréstimo, que era de 6,5%, para 5,75% ao ano, sem mais nada. Sem mais nada.

E também para o produtor – que não é o pequeno – nós baixamos a taxa de juros de 9,5 para 8,75% ao ano. E pusemos à disposição da agricultura 10 bilhões e 300 milhões de reais. No ano passado, foram 7 bilhões e pouco. Portanto, há mais empregos sendo gerados na expansão da agricultura, na expansão da exportação.

É certo que, além do Pronaf, que garante a subsistência de milhares de famílias no campo, nós temos o Proger. O Ministro do Trabalho está

elaborando mecanismos para desburocratizar e tornar mais ágil o Proger, que é para a pequena e média empresa da cidade, para a microempresa. E não esqueçamos nunca que este governo reduziu os impostos da pequena e da microempresa, criando um só imposto, o chamado Simples, que reduziu drasticamente os custos; e, se mais não se fez, foi porque os estados não aderiram ao Simples, no ICMS. Mas o Governo Federal fez a sua parte, o que não quer dizer que não vai fazer mais para as pequena e média empresas, porque elas são, realmente, as grandes incubadoras de emprego, geradoras de mão-de-obra.

Tudo isso requer que o Governo se mobilize mais. E o Governo está se mobilizando mais, para que nós possamos ter maior energia na geração de empregos. Nas últimas semanas, mostramos de que maneira foi possível que não só a Caixa Econômica, mas também o BNDES – e eu digo que na questão da agricultura foi o Banco do Brasil –, esses grandes órgãos financiadores do Governo agissem com mais energia para que os recursos chegassem lá a quem precisa, na ponta: o consumidor. E aí é uma luta contra a burocratização.

A luta contra a burocratização tem que ser um lema essencial do Governo. Toma-se uma decisão e a decisão não é cumprida porque vai sendo entorpecida por canais burocráticos. Temos demasiados papéis, demasiados "s.m.j". – "salvo melhor juízo" –, mas nós não precisamos de melhor juízo nenhum. O nosso juízo tem que ser o destino a favor do pobre, do povo, de quem precisa, e não o papelório burocrático. Essa luta é fundamental para que nós possamos, efetivamente, atender às populações carentes. Não basta a vontade política: é preciso que haja uma organização da máquina burocrática para que ela sirva ao povo, atendendo às decisões, quando as decisões são, como é o caso, favoráveis ao povo.

Mas também nessa mesma área de atendimento a um programa realista, não demagógico, de expansão do emprego a educação é fundamental. Nós sabemos que é preciso que o trabalhador tenha maior qualificação para que consiga melhor aceitação no mercado de trabalho e para que ganhe melhor. Pois bem, assim como nós fizemos um grande esforço em educação primária, estamos fazendo um esforço para que a escolaridade média do trabalhador passe de 8 para 11 anos. E acho que

nós estamos nessa meta avançando, porque a matrícula no curso secundário aumentou 40%.

Nós hoje temos 7 milhões de brasileiros nas escolas secundárias. Isso significa que a escola primária funcionou, que o ciclo básico funcionou. Houve menos evasão, forçou-se a entrada no curso secundário. E nós estamos reformando todo o sistema – é o sexto ponto a mencionar – de requalificação e de profissionalização. No Ministério da Educação, vamos passar de 120 mil para 240 mil o número de vagas e de alunos na área do ensino técnico e profissional, porque aí nós precisamos, como fizemos na escola fundamental, de uma nova revolução branca para que melhoremos a qualificação dos nossos trabalhadores.

E devo dizer que o Ministério do Trabalho, através do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, um programa controlado, também, pelos sindicatos, em cooperação, tem treinado maciçamente os brasileiros. Este ano, passarão por cursos de retreinamento 2 milhões de brasileiros – 2 milhões de brasileiros! Não se nota. O Brasil tem 160 milhões de habitantes, é um país continental, é um país onde tudo é uma gota d'água. Mas 2 milhões passando pelas salas de aula é muita coisa. E não são salas de aulas formais: são nos sindicatos, nas associações, em quaisquer níveis da administração.

E o Governo Federal não se preocupa em botar placa: “Ministério do Trabalho – Governo Federal”. Não, o Governo Federal quer que as cabeças, as mentes e os corações, como disse o Ministro Pedro Malan, estejam abertos. Não importa que não esteja luzindo o nome de quem dá o recurso, até porque esse recurso vem do povo mesmo, saiu do imposto, e o que nos corresponde é devolvê-lo ao povo sob forma de melhor treinamento.

Devo dizer, ainda, que nós precisamos encarar, nessa questão do emprego, com seriedade, modificações importantes na legislação trabalhista, garantindo, por certo, os direitos dos trabalhadores, mas não nos fechando aos desafios do século. Os países que avançaram flexibilizaram formas de contrato de trabalho, não em detrimento do trabalhador, mas em detrimento da informalidade, porque, quando se faz uma legislação rígida, o que acontece é que o trabalhador vai para a infor-

malidade. Talvez até ganhe um pouquinho melhor, mas não tem a assistência social necessária, ou melhor, quando a tem, não é paga por ele e nem por seu empregador: é paga pelos outros, pelo resto da população. Isso tem que mudar. Nós temos que enfrentar, em cooperação com o Congresso – e enfrentaremos, no momento apropriado –, a modificação da legislação trabalhista, repito, garantindo os direitos dos trabalhadores. Mas é preciso uma revisão nisso aí.

Ora, essas ações que estou mencionando certamente não são nem espetaculares e nem enganosas. Não fizemos o Real com medidas espetaculares e nem enganosas: fizemos o Real explicando ao povo o que era inflação e como combatê-la. Não vamos acabar com o desemprego mentindo, utilizando técnicas de “Eu resolvo, porque vou crescer a economia a 10% ao ano.” “Eu resolvo, porque eu baixo a taxa de juros...”, sem poder baixar, sem poder crescer, sem saber do que se trata. Não é assim. Nós vamos fazer tudo isso com um trabalho sério, competente e, sobretudo, em um governo que é honrado. E, por ser honrado, também não exagera no que faz. Por ser honrado, não engana nem com canetaços, nem com quaisquer outras medidas de pirotecnia, que não resolvem; mas é um governo que sabe que o país tem rumo, um governo que sabe que, como nós enfrentamos a inflação, vamos também enfrentar, trabalhando duramente, a questão do aumento da oferta de emprego. Isto é compromisso nosso.

Hoje, no dia em que o Real comemora o seu quarto aniversário, em que entramos no quinto ano, acho que o Presidente da República tem a obrigação de dizer aos brasileiros não só que a esperança continua firme, a chama acesa, não só que houve modificações, mas também que há problemas, como eu acabei de mencionar. Mas há mais do que isso: há uma vontade inquebrantável de servir ao País, uma vontade que vem, eu até diria, de uma consciência histórica que nós todos temos de que o Brasil está diante de opções fundamentais para que entre no próximo milênio com todas as condições de ser – não uma potência; isso foi em outra época – uma grande nação. Grande nação é um país no qual o povo se sente feliz, no qual o povo se sente participante, no qual ele pode ser mobilizado, no qual não se nega ao povo a informação

nem os problemas, mas um país no qual nós temos a capacidade de estender as mãos, com sinceridade, sem demagogia, com firmeza, e dizer: nós vamos avançar mais. Este país merece que nós avancemos.

E, se isto aqui foi o símbolo desses anos do Real, daqui para frente este símbolo é infra-estrutura, é base para um salto pelo crescimento e um salto pelo bem-estar social do povo brasileiro.

Muito obrigado.